

## **PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA: VELHO DESAFIO, NOVAS PROPOSTAS**

FLÁVIA RODRIGUES LIMA DA ROCHA\*  
FERNANDA NUNES MORAIS LOPES\*

Este trabalho é fruto de um projeto de extensão da Universidade Federal do Acre, executado durante o ano de 2014 nas escolas do município de Rio Branco, sob o título *Revisitando o currículo de história do Acre da educação básica através da história oral*. Projeto este que tinha como objetivo principal aplicar a técnica da oralidade aos conteúdos de História, como método de ensino, uma vez que a oralidade permite ao aluno, enquanto sujeito do conhecimento, uma inserção de si mesmo no conteúdo escolar, lhe retirando da condição de sujeito passivo do aprendizado curricular para ser construtor de seu próprio conteúdo de conhecimento, fazendo-se reconhecer sua história como parte da História institucionalizada pelo conteúdo curricular, como nos afirma Thompson (1998).

Além disso, este texto também é consequência do envolvimento das autoras com o *Curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola*, também promovido pela Universidade Federal do Acre, que muito tem servido para nos chamar a atenção de como a prática de racismo é comum em nossas escolas, muito mais do que imaginávamos, uma vez que o Brasil ainda se detém muito ao mito da democracia racial, gerado nos anos 1930, que, segundo Munanga (2005), este mito nos afirma que no Brasil não há racismo, mas que, pelo contrário, temos em nossa nação um “paraíso das raças”, pois as diferentes raças que a formaram convivem pacificamente, sem nenhuma discriminação ou preconceito de uma para com a outra. Entretanto, não é assim que se mostra a realidade da sociedade brasileira, pelo contrário, há sim, no Brasil uma prática muito forte de discriminação racial, como também, em outra ocasião, nos afirma Munanga (2005) *o racismo brasileiro é um crime perfeito*, uma vez que esta prática foi tão naturalizada e cristalizada nas relações que misturou-se a elas e confunde-se com pequenas “brincadeiras” e formas até “carinhosas” de tratamento.

Partindo então dos pressupostos acima, pensou-se em associar os estudos sobre história oral à questão da educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar, uma vez que as autoras estavam envolvidas nas duas atividades e delas participaram ativamente, sendo despertadas para empoderar-se das práticas para combater o racismo, bem como fazer do

---

\* Professora de História da Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre.

\* Professora de História da Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre.

aluno um sujeito atuante do conhecimento e um cidadão reflexivo e situado de suas ações dentro da sociedade, ampliando-se assim as reflexões sobre a igualdade racial em nossa sociedade, que, por sua vez, é refletida no ambiente escolar.

Portanto, este texto aborda práticas pedagógicas organizadas e executadas na Escola de Ensino Fundamental Lindaura Martins Leitão, situada em um bairro periférico da cidade de Rio Branco, como métodos de combate ao racismo no ambiente escolar através do ensino, buscando promover conhecimento sobre história e cultura africana e afro-brasileira, como nos orienta a Lei 10.639/2003, no intuito de desmitificar preconceitos e desconstruir comportamentos racistas.

Uma vez reconhecido o racismo na sociedade brasileira e refletido na dimensão escolar, é necessário buscar métodos, técnicas e materiais que venham romper com o ensino tradicional europeizado que reproduz a imagem do negro como escravo subjugado, desumanizado em sua existência para favorecer a imagem do branco escravizador e civilizado. Por isso julga-se importante que práticas pedagógicas inovadoras, que busquem romper com o ensino pronto, sejam pensadas, executadas e sobre elas se reflita afim de que se estabeleça uma nova mentalidade sobre o negro e novos comportamentos sejam incentivados e experimentados quanto às relações étnico-raciais, no que se refere aos descendentes de africanos escravizados; práticas pedagógicas em favor da democracia racial são ainda importantes no sentido de que a própria negritude seja reconhecida como algo positivo e valoroso e não como algum ruim, do qual se deve ter vergonha. A importância em estudar história e cultura africana e afro-brasileira, está, dentre outras coisas, em trazer à tona a identidade negra afro-brasileira como algo positivo, conhecer para valorizar, para desconstruir conceitos e imagens criadas pelo discurso da escravidão moderna, que relegou ao negro o papel de inferior, de feio, de mau, buscando assim justificar o domínio escravocrata do europeu sobre o africano nos tempos modernos.

A Lei 10.639/2003 é fruto de anos de reivindicações do movimento negro; uma reivindicação extremamente legítima, uma vez que, embora nosso país seja uma nação construída, entre outros povos, por africanos e seus descendentes, estes sujeitos têm sido duramente rejeitados, excluídos, marginalizados e vítimas de um racismo violento, fruto do longo e desumano processo de escravização pelos europeus. Sendo assim, a importância deste trabalho está não apenas em fazer cumprir uma legislação já há tempos publicada, mas, em

primeiro lugar, para fazer cumprir o direito de um povo há séculos negado, o direito à história, o direito a ter história, a ter sua história inserida na historiografia brasileira e ensinada nas escolas de Ensino Básico.

O trabalho com a tradição oral africana na luta pela igualdade racial tem como objetivo dialogar com outra perspectiva metodológica, fazendo uso da história oral como estratégia de aplicação da lei 10.639/2003 na escola, buscando romper com o ensino que distancia o conteúdo escolar da vivência do aluno na tentativa de estreitamento das temáticas étnico-raciais com o cotidiano vivenciado na escola. Este trabalho tem como finalidade levar os alunos a valorizar as diversidades e romper com várias formas de preconceitos criados e naturalizados por nossa sociedade.

Estes objetivos estão relacionados com as propostas de habilidades e competências contidas no Caderno de Orientações Curriculares de História, do 7º Ano do Ensino Fundamental do Estado do Acre, focada, sobretudo no objetivo de *analisar o cotidiano e as manifestações culturais das sociedades antigas e medievais e compreender as relações sociais dos diversos grupos humanos em suas diferentes formas de agrupamento, organização, produção, lutas e conflitos*. A ideia é trabalhar essa problemática tendo por base o uso de fontes orais, já que os diversos recursos que estão disponíveis aos professores das escolas referem-se a materiais repletos de manifestações de discriminação.

Este objetivo institucionalizado e estatizado que orienta a educação escolar pode também ser usado para a inserção do ensino de História da África. Embora quando se fale em sociedades antigas e medievais tradicionalmente se limite às sociedades europeias e à história desses povos, uma vez que a tradição historiográfica é predominantemente europeia e por isso narram a história a partir de seu lugar e de suas concepções, excluindo, geralmente, povos que existiram na mesma temporalidade, porém em outras regiões do globo, como a África, por exemplo. Entretanto, buscando pensar e trabalhar com nossos alunos uma história plural, entendemos que africanos também viveram na temporalidade antiga e medieva, porém de uma forma diferente que os povos europeus, mas que nem por isso suas histórias devem ser esquecidas, negligenciadas, excluídas, silenciadas ou contadas a partir do olhar do outro, do olhar do vencedor, do escravizador. Compreende-se ainda que quando se trata de *compreender as relações sociais dos diversos grupos humanos em suas diferentes formas de agrupamento, organização, produção, lutas e conflitos*, os povos africanos estão

contemplados nesta diversidade da qual trata o currículo, desde os Parâmetros Curriculares (1996) aos Cadernos de Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental (Caderno 1 - História) do Estado Acre.

Nessa perspectiva, as atividades propostas buscam valorizar a cultura griot, no sentido de relacioná-la com o respeito às diversidades, com o conhecimento de narrativas e tradições africanas e com o combate às práticas racistas que são vivenciadas cotidianamente pelos alunos na escola. Sendo assim, a intenção é repensar os discursos que estão em torno da construção do racismo ao longo do tempo, bem como identificar e refletir as relações preconceituosas entre alunos e entre diferentes segmentos da comunidade escolar. Busca-se então que o debate acerca da promoção da igualdade racial seja realizado de forma significativa dentro da escola, considerando-a como um dos espaços onde o racismo costuma ser construído e consolidado. É neste sentido que as propostas de atividades planejadas neste trabalho objetivam reflexões sobre a necessidade de mudanças de atitudes entre os sujeitos da escola no que se refere a comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

Dessa forma, a sequência didática pensada e planejada a partir do trabalho com a tradição oral africana na luta pela igualdade racial tem como objetivo desenvolver na escola novos espaços pedagógicos, a partir de novas metodologias, que proporcionem a valorização das diversas identidades que formam o povo brasileiro, por meio de conteúdos pautados no estudo da História da e cultura Afro-Brasileira, resgatando a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, a contribuição dos negros em diversas áreas pertinentes à História do Brasil.

Nos últimos anos temos acompanhado a inserção de novas abordagens relacionadas às questões étnico-raciais decorrentes das mudanças na legislação, alguns livros didáticos, por exemplo, tem tratado o assunto em outra perspectiva, considerando diferentes aspectos da história dos negros no Brasil, bem com a diversidade cultural africana. No entanto, podemos perceber certa timidez na maioria dos livros em tratar essas questões, o que de certa forma vem dificultando o trabalho nas escolas e inviabilizando a concretização das orientações da Lei 10.639/2003 de maneira mais efetiva. Assim sendo, procuramos desenvolver, neste trabalho sobre a tradição oral africana na luta pela igualdade racial, propostas metodológicas que dialogam com outras fontes possíveis que proporcionem o conhecimento de tradições africanas, na tentativa de relacioná-las com as vivências dos alunos da Escola Lindaura

Martins Leitão, levando-os ao reconhecimento da heterogeneidade cultural e ao combate as práticas racistas cotidianas.

É preciso encontrar caminhos possíveis para transformar os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em atividades significativas junto aos estudantes, e a partir dessas atividades, buscamos construir mecanismos de reparação de desigualdades implantadas e naturalizadas no ambiente escolar. Essas experiências contribuem para avançarmos na luta pela promoção da igualdade racial e combatermos de forma mais enérgica as práticas racistas dentro de sala de aula, nos espaços da escola, no seu entorno e porque não dizer na sociedade em que vivemos.

A orientação metodológica pensada nesse trabalho tem haver com elaborarmos propostas pedagógicas antirracistas, que sejam capazes de promover o reconhecimento do direito às diferenças, bem como criar possibilidades de visibilidade as identidades silenciadas ao longo dos tempos por discursos manipuladores, seja de branqueamento, seja de apagamento das culturas não europeias, como também pelas práticas escolares excludentes. Dessa forma, faz-se necessário ressignificarmos nossa atuação a partir de novas práticas, de novos discursos, construindo novos diálogos com outras fontes que possibilitem quebrar os silêncios e construir novas atitudes, sobretudo, no ambiente escolar.

O trabalho com as tradições orais nos traz outras possibilidades de reflexão, haja vista a preservação de vários dados históricos presentes nos espaços simbólicos da oralidade. Nos permite também problematizar rótulos, estigmas e equívocos que ao longo se séculos têm marcado presença no imaginário social em relação as culturas africanas, as identidades e diversidades dos afrodescendentes.

Segundo Bittencourt (2009), os conteúdos escolares são aportes políticos de grande poder para construir e desconstruir mentalidades, discursos e conhecimentos em geral, portanto os usos desses conteúdos, e também de métodos, em favor da igualdade racial, em sala de aula, de forma contínua e sistematizada, podem formatar toda uma geração, formando cidadãos críticos do mundo onde estão inseridos ou reprodutores do contexto que lhes é imposto. Sabe-se que nossos instrumentos de trabalho nas salas de aula carregam conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos, que por sua vez são a representação da sociedade na qual estamos inseridos, e que, também por sua vez, estes instrumentos – livros, materiais

didáticos no geral, currículo escolar – carregam o mesmo conteúdo viciado, depreciativo e preconceituoso com relação a povos e culturas africanas e afrodescendentes.

Portanto, trazer novas propostas de ensino é romper não apenas com o conteúdo tradicionalmente racista, mas também trazer novos métodos e técnicas que promovam a inserção de novos debates na vivência escolar e a inserção dos educandos nestes debates como construtores de novas mentalidades. Além disso, o valor em ensinar e discutir história e cultura africana e afro-brasileira está também em repensar a história de cada um de nós, bem como a formatação da identidade nacional que temos hoje, que embora seja coletiva, se reflete em cada sujeito.

É importante perceber que, assim como nos afirma Munanga (2005)

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

*Além disso, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda de nosso próprio psiquismo.* (Munanga, 2005)

Silva (2005) nos mostra que estudar africanidades brasileiras ultrapassa o dado ou o evento material, uma vez que se constitui dos valores que motivaram tais processos e dos que deles resultaram. Ressalta ainda que *aquele que aprende guarda na memória o que viu e ouviu. Reiniciará, tantas vezes quantas sejam necessárias, até realizar a tarefa a contento.* Isso nos faz pensar na necessidade em aplicar e ampliar cada vez mais o ensino de história e cultura africana nas escolas, a fim de fazer com que os alunos, construtores de nossa nação, possam aprender a viver sem preconceitos e sejam livres do racismo histórico que nos assola.

É interessante refletir também sobre o que afirma Gomes (2005), que após pesquisar sobre estas questões, nos diz que *é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada de adoção de práticas concretas.* Levando-nos cada vez mais a acreditar que ações como estas apresentadas neste trabalho deve se propagar não apenas em cumprimento da legislação vigente, não apenas em datas comemorativas, não apenas através do trabalho com os temas transversais, mas fazer do combate ao racismo uma postura comportamental em qualquer lugar por onde andemos,

porém, para isso é necessário pequenos começos, onde o conhecimento rompe preconceitos e propõe novas formas de pensar as relações étnico-raciais.

No suporte teórico deste trabalho temos ainda Santos (2013) que defende

a escola como um espaço sociocultural, no qual as ações dos sujeitos não estão predeterminadas, mas condicionadas pelo universo sociocultural no qual se inserem, compactuamos com a ideia de que o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade de construção do novo.

Sabe-se, portanto, que se a escola é um espaço dinâmico de construção e reconstrução de saberes, onde novos e velhos conhecimentos ora se confrontam ora se associam e formam novas possibilidades de ciência, torna-se altamente possível trazer para este espaço métodos que objetivem desconstruir a discriminação racial em nossa sociedade, através de práticas pedagógicas que desmitifiquem tanto o mito da superioridade como o mito da democracia racial.

Assim,

Representando um microuniverso social, esse espaço sociocultural reflete muitos dos padrões de comportamento, conflitos e contradições que permeiam a sociedade em que vivemos, sendo também, potencialmente, espaço para sua reinvenção. Dessa maneira, através de seus inúmeros artefatos culturais, rituais e tudo o mais que configura a chamada “cultura escolar”, também o preconceito e as diferentes formas de discriminação existentes no contexto social brasileiro integram o cotidiano escolar. (Santos, 2013)

Entende-se que a escola é apenas um fragmento da sociedade onde está inserida. Portanto, se temos uma sociedade construída a partir de um discurso racista, conseqüentemente a escola também será racista. Interessante notar que o caminho contrário também pode ser feito, ou seja, se no ambiente escolar houver uma educação que busque promover igualdade racial entre a comunidade, é bem possível que esta comunidade se torne multiplicadora destas ideias, contribuindo assim para a amplitude de uma sociedade mais justa e democrática.

Enfim, como bem nos lembra Pereira (2014)

Conhecer e ensinar as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, com qualidade e sem abrir mão dos conteúdos curriculares, combater o racismo e promover a igualdade por meio da educação, sem perder de vista as relações étnico-raciais nas escolas do nosso país, ao mesmo tempo tão plural e tão desigual, constituem alguns dos maiores desafios com os quais nos deparamos atualmente.

Neste sentido, promoveu-se uma Oficina baseada na antiga tradição griot africana e na história das Abayomis, afim de fazer conhecer narrativas africanas e relacioná-las com a formação das identidades afro-brasileiras, bem como proporcionar reflexões referentes ao racismo e suas implicações em nossa sociedade.

A oficina foi iniciada a partir de algumas palavras-chave para problematizar e levantar os conhecimentos prévios dos alunos que estavam participando, de forma que muitos falaram o que entendiam por griot, tradição oral, cultura, África, contador de história, racismo, entre outras palavras. Para abordar esta temática é indispensável considerar a realidade e os conhecimentos já adquiridos pelos alunos, pois à medida que os estudantes vão dialogando com suas realidades, vão também questionando e compreendendo diversos aspectos concernentes ao mundo em que vivem, haja vista que estas representações tornam o processo de construção de conhecimento mais significativo.

Considerando que vários conhecimentos são transmitidos de geração a geração nas sociedades africanas através da oralidade, as características do griot foram apresentadas, mostrando sua importância e valor, através de uma exposição da cultura e do saber griot por meio de tópicos e imagens.

Na perspectiva de dialogarmos com a história oral, refletimos com os participantes da oficina sobre os contadores de história, que narram tradições e acontecimentos construídos cotidianamente em muitas sociedades africanas. Os chamados griots desempenham papel fundamental na construção da história de base oral dos povos africanos, na preservação da palavra, da narração e ainda hoje alguns costumes continuam fazendo parte dessa cultura como, por exemplo, ouvir histórias e cantos embaixo de árvores ou arredores de fogueiras.

Neste sentido, foi possível levar aos alunos uma reflexão de valorização da memória coletiva e importantes aspectos que fazem parte das identidades africanas. A partir desse contexto, em uma roda de conversa, os alunos contaram algumas histórias de suas realidades, alguns acontecimentos relacionados ao cotidiano familiar, escolar, entre amigos e etc. Com essa atividade foi possível aproximar a temática proposta com algumas vivências dos estudantes, que perceberam semelhanças e diferenças culturais e como é necessário agirmos com respeito às várias manifestações culturais e identitárias, e nesse sentido, perceber e reconhecer a pluralidade cultural, da qual faz parte a cultura afro-brasileira.



O vídeo “Griots, guardiões da história oral” foi exibido durante a Oficina. Nele podemos observar um pouco do desenrolar do dia na aldeia Diol Kadd, no interior do Senegal, onde se percebe a estrutura do núcleo familiar, a mesquita e o local de encontro dos sábios que ficam lado a lado, a família griot de Ndiéuene Sirakh, percussão e dança, mulheres e crianças em atividades diárias e o conselho dos anciãos da comunidade, que nos deu alguns subsídios para a discussão da tradição oral na luta pela igualdade racial.

Além disso, algumas lendas, fábulas e histórias que são contadas e/ou cantadas através dessa cultura, foram apresentadas e discutidas em sala de aula: Lenda do tambor africano, lenda de Anansi, lenda do Djeli/Griot, lenda do jabuti e o leopardo. Algumas histórias eram contadas pelos griots sobre diversos temas, como a história da tribo, guerras e batalhas, vida cotidiana; enfim, estes contadores de história levavam em seus percursos as representações sociais em seus corpos, testemunhando, interpretando, cantando, dançando e contando memórias, vivências, modos de viver, experiências negativas e positivas, tradições, crenças, expectativas, costumes, saberes diversos, entre outras narrativas construídas e transmitidas oralmente.

A partir dessa perspectiva, procurou-se relacionar durante a oficina o valor da cultura griot com o combate ao racismo, explicando as diversidades culturais, o conceito de racismo e o racismo como crime, já que é tão comum identificarmos hábitos preconceituosos para com essas culturas com suas diferenças e semelhanças. Com relação ao debate em torno das questões raciais entendemos que o discurso dominante constituiu ao longo do tempo práticas racistas, naturalizando comportamentos e atitudes discriminatórias. Nesse processo o racismo foi sendo construído ideologicamente e a história por sua vez carregada de caráter ideológico silenciou o componente étnico numa perspectiva demarcatória de espaços. Neste sentido, torna-se crucial a construção de um novo discurso, bem como a inserção do componente étnico para construir outro sentido.

A oficina foi concluída com a contação da história da boneca abayomi, em que os participantes conheceram o histórico, os significados e aprenderam como fazê-la. Essa boneca foi criada na época da escravidão e era feita por mulheres africanas que vinham para o Brasil em navios negreiros que para acalantar o choro de suas crianças rasgavam uma tira dos seus próprios vestidos para confeccioná-la. Após a exposição da história, os alunos assistiram um vídeo que ensina como confeccionar a abayomi e receberam tiras de tecidos para essa

atividade. Cada aluno fez uma boneca e presenteou ao colega, representando o significado da abayomi, ou seja, “aquele que traz felicidade, alegria”.

Sabemos que o Brasil por muito tempo foi considerado o país da “democracia racial”, no entanto, é possível perceber as grandes e graves desigualdades raciais que têm marcado de forma violenta a realidade histórica do nosso país. Várias estratégias foram elaboradas com a intenção de mascarar a prática do racismo, passando a ideia de que havia uma “harmonia racial”, uma convivência pacífica entre os grupos étnico-raciais. E dentro desse contexto, o que se nota na realidade é a prática exacerbada de atitudes racistas e excludentes. Entretanto, é notória a busca pela inserção da temática racial no currículo brasileiro.

Percebe-se então que, assim como propõe o XXVIII Simpósio Nacional de História, precisamos enquanto historiadores identificar e compreender os velhos e os novos desafios que nos estão propostos para que a partir deles possamos problematizar e refletir sobre o nosso lugar como sujeitos atuantes, imbuídos de novas práticas, novas propostas, novas intenções, buscando, dessa forma, contribuir significativamente com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

## **REFERÊNCIAS:**

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Série Cadernos de Orientação Curricular. Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental. **Caderno 1: História**. Rio Branco/Acre, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FELINTO, Renata (Org.). **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, saberes para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. IN: MUNANGA. Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele (organizador). **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEVES, Ana Maria Bergamin. **Interações: raízes históricas brasileiras.** São Paulo: Blucher, 2012. (Coleção InterAção)

PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.). **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras na sala de aula.** Brasília: Fundação Vale, 2014.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. IN: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Org.). **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Marco Antônio. **Nas Trilhas do Ensino de História: teoria e prática.** Belo Horizonte: Rona, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. IN: MUNANGA. Kabengele (organizador). **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.